



O ENSINO DA MATEMÁTICA ESCOLAR A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DE UM COLÉGIO SALESIANO FEMININO

Luciani Coelho Guindo Mendes
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
lucianicsantos@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8232-2246>

Edilene Simões Costa dos Santos
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS
edilenesc@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0509-0098>

Resumo:

Este artigo tem a finalidade de apresentar os resultados finais de uma dissertação de Mestrado em Educação Matemática pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a qual foi norteadada pela problemática ‘*Que trajetória histórica teve o ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo este um colégio para moças?*’ Assim, refletimos sobre os processos de constituição da Matemática escolar, nos primeiros anos escolares no Colégio Feminino em Campo Grande no Sul do Mato Grosso Uno, entre os períodos de 1930 a 1970. Utilizamos autores da história cultural tais como: De Certeau, Dominique Julia e André Chervel. Por meio do método qualitativo de pesquisa que preconizou o movimento historiográfico, nos trouxeram informações de que a Matemática, ensinada no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, não tinha distinção de gênero, realizando aproximações com as normativas oficiais e também com propostas metodológicas similares ao Colégio Pedro II.

Palavras-chave: Educação Feminina; Finalidade; Matemática Escolar.

1. Introdução

Este artigo tem a intenção de divulgar os resultados finais de uma pesquisa de Mestrado em Educação Matemática defendida no ano de 2018, a qual esteve inserida em um projeto maior, intitulado: “A Matemática e os primeiros anos escolares na região Sul do Mato Grosso Uno, 1880-1970”, que foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, cujo objetivo era analisar os processos de institucionalização, profissionalização e circulação que envolveu a Matemática a ensinar no curso primário da Região Sul do Mato Grosso Uno.

A pesquisa tinha a finalidade em compreender como seria o ensino da Matemática que circulava na transição entre a primeira reforma educacional de caráter nacional, conhecida como Reforma Francisco Campos de 1931, e a Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

Assim delimitamos a pesquisa entre 1930 a 1970, um período de grandes transformações na educação brasileira, uma vez que é perpassada por importantes reformas tais como: Francisco Campos 19890/31; Capanema 4244/42; LDB 4024/61 e LDB 5692/71. Tal delimitação está de acordo com alguns historiadores que defendem que essas quatro décadas (1930-1970) são decisivas em questões de movimentos preliminares à reforma de 1970, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 5692/71, prevendo no ensino que contempla, por exemplo, a ampliação da obrigatoriedade de quatro para oito anos de escolaridade com a fusão do primário e ginásio (SAVIANI. 2010).

Com base nos autores da História Cultural Marc Bloch e Lucien Febvre (1929), desenvolvemos o método de pesquisa qualitativa em que preconizou o movimento historiográfico, levando-se em conta as concepções humanas tanto no âmbito coletivo como no individual.

Outro ponto importante foi os ‘pilares de sustentação da pesquisa’ foram os objetivos específicos que consideramos essenciais para desenvolver uma possível resposta a nossa problemática de pesquisa, dentre os quais destacamos: identificar aspectos históricos do ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; identificar os recursos didáticos utilizados no ensino da Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora; investigar os saberes dos professores que lecionaram matemática escolar no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora- (CNSA) nos anos iniciais.

Os estudos ocorreram dentro e fora do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, nos arquivos que eram permitidos a manipulação, os quais posteriormente foram feitos os cruzamentos com outras fontes, tais como: as leis, os recortes de jornais da época, depoimentos de ex-alunas, livros entre outros para depois termos uma análise crítica de como foi constituído a Matemática escolar nas séries iniciais nesse colégio feminino.

Essas ‘fontes’ nos forneceram subsídios que elencamos como *elementos* em que tratamos de maneira adequada e científica. Por isso, a importância do estudo teórico na perspectiva da História Cultural. Dessa maneira, estabelecemos caminhos de pesquisas baseados em um olhar crítico nos documentos que definimos como importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Assim sendo, compreendemos que *elementos* são repertórios pedagógicos que possibilitam a investigação de como o ensino era proposto no decorrer do tempo - documentos que se constituem para o ensino de uma determinada área do

conhecimento, ou seja, conteúdo, documentos oficiais (leis), normativas e objetos de cunho didático e pedagógico, tais como: livros didáticos, cadernos, régua, transferidor, entre outros. Em outras palavras, tudo o que permeia o ensino e é usado como estratégia ou tática para as práticas de aprendizagem, consideramos como *elementos*.

Na dissertação, catalogamos alguns itens dos elementos históricos que preconizaram nosso desenvolvimento de análises baseado nos autores da História Cultural, os quais chamamos de categorias; estas foram divididas em três da seguinte maneira: a primeira chamamos de **Personagens** – estes elementos estão presentes no cotidiano e serão investigados por meio das crônicas, entrevistas com ex-alunas, dissertações, teses que permearam o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Para nós os personagens; se materializaram na figura da ex-aluna Zita e nas freiras, que são citadas tanto nas crônicas como também no depoimento da ex-aluna.

A segunda categoria, chamamos de **Referenciais**, os quais consideramos como sendo documentos, que possivelmente estiveram ligados a esse colégio, tais como: documentos pertencentes à escola, livros didáticos, ementa curricular, atas, regimento interno, ou seja, papéis contidos nos arquivos escolares e as legislações de ensino. A terceira e última categoria são os **Materiais didáticos**, ou seja, nessa categoria de elementos os materiais a serem considerados foram os produzidos no cotidiano escolar, tais como: cadernos de alunos, provas, exames, dentre outros.

Quando olhamos para cada um dos elementos históricos, é possível tecer um cenário de uma biografia didática¹ no âmbito da Matemática Escolar, uma cultura escolar; produzida no ambiente de um colégio exclusivo de moças, onde, segundo as pesquisas já realizadas, é apontado um ensino voltado às práticas domésticas e prendas do lar.

2. Fundamentação teórica para as análises

Quando tratamos de métodos de pesquisa, nos debruçamos em construir um produto científico que tenha como base elementos sólidos que fundamentam os procedimentos operacionais de pesquisa e as ferramentas metodológicas necessárias pela quais o

¹ O conceito de Biografia Didática é abordado por Valente (2008), porém o grupo de pesquisa COMPASSO/MS aprimorou para além dos textos didáticos, assim, ao considerar *elementos históricos* que permeiam o ensino da matemática escolar, *que nos emergem* alguns conceitos apropriados de Bloch (2001) como sendo um caminho epistemológico para analisar elementos que serão relevantes para a pesquisa de campo.

pesquisador utiliza para atribuir uma possível resposta ao problema de pesquisa.

Gosto muito da analogia do texto de Roger Chartier (2010,p.07), “Escutar os mortos com os olhos”. De maneira análoga, tomamos o ‘escutar com os olhos’ como sendo o nosso ofício de pesquisadoras em História da Educação Matemática, abordando o estudo dos elementos históricos produzidos por uma cultura escolar em um determinado tempo, por meio da análise de documentos: a arte de escrever textos científicos a partir da leitura e a interpretação dos documentos.

Para tanto, o primeiro desafio é a escolha de documentos que contenham vestígios da prática cultural investigada. No caso da Cultura Escolar, os documentos que interessam ao pesquisador são os portadores de normas, códigos e condutas escolares. Julia (2001) define a cultura escolar como:

[...] um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as finalidades que pode variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10, grifo do autor).

Para Valente (2003), a escola é reconhecida pelas pesquisas culturais em história da educação como um local rico para a pesquisa da memória e da identidade, tornando os arquivos escolares fontes de pesquisa. Já as disciplinas escolares, segundo a definição de Chervel (1990), “[..]são compreendidas como um produto cultural, responsáveis pela transmissão de conteúdos e saberes escolares[...].” Pinto(2014,p.131).

Utilizamos também para o movimento de análise os conceitos de tática e estratégia de De Certeau (2014). Para o autor a tática são movimentos relativos a efeitos imprevisíveis, dispostos por um controle, um comando, uma normativa. Tática tem a ver com o modo de fazer partindo da tensão causada pelo comando do “forte”, ou seja, do dominante aquele que exerce o poder sobre o mais “fraco”. A estratégia segundo o autor é o movimento do “forte” o sujeito dominante sobre o “fraco” o sujeito dominado, pelo qual o “forte” exerce suas ações de forma previsíveis, e manipula o saber, o planejar, exercendo o controle do “fraco” por meio de tensões impostas em uma determinada instituição. Por exemplo, as leis, os regimentos estabelecidos por um líder, seja ele governante, diretor, professor; qualquer indivíduo que exercera uma atribuição, podendo em determinados momentos o mesmo indivíduo tanto exercer um movimento tático como podendo exercer um movimento

estratégico.

O que iremos trazer na sequência é um panorama sucinto do cenário, político, econômico e social do estado do Mato Grosso Uno² para que o leitor tenha a possibilidade de compreender as análises da pesquisa. Nesse movimento concordamos com De Certeau (1982, p. 68): “Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”.

Nessa vertente, pontuamos que o Estado do Mato Grosso Uno era o maior do Brasil, sua economia girava em torno da agricultura, extração mineral e a pecuária. A economia do Estado foi fortalecida pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, que interligava o município de Aquidauana a São Paulo, um polo econômico nacional, facilitava o escoamento das produções do Estado e abria portas ao seu crescimento urbano e econômico. Nesse período, o capitalismo financeiro, passou a girar por duas vertentes: uma com a Casa Comercial, tendo como representantes bancos nacionais e estrangeiros, e a outra com empresas de produção de transportes (ALVES, 2015). Com a decadência da primeira, o Estado é impulsionado pelas propriedades fundiárias e da produção.

Com a ‘marcha para o oeste’, implantada pelo Governo Getúlio Vargas, tinha-se como objetivo promover a ocupação de terras devolutas nas áreas de fronteiras sendo que nosso estado era grande em território, porém pouco habitado. Esses incentivos promoveram uma migração e imigração significativa para o Estado e, com isso, um crescimento econômico e populacional da região, principalmente de desbravadores com visão de Comércio e indústria, que viam a oportunidade de negócios na região do estado.

Foi nessa nova constituição de classe social que houve força política para trazer um colégio salesiano exclusivo para moças, visto que para educar suas filhas, a burguesia enviava para outros estados. Nesse período, o Brasil também passava por um processo de modernização, com a construção de ferrovias, estaleiros, reorganização do Banco do Brasil, melhorias na capital, etc., impulsionado pela dominação do capital financeiro sobre o capital em geral. Diante do crescimento econômico e das políticas públicas propostas na Era Vargas

² Adotamos esta nomenclatura para salientar que o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, ambos Estados do Brasil, neste tempo, formavam um único Estado (1930-1970), sendo, por isso, “UNO”; assim Sul do Mato Grosso, reporta-se ao atual Mato Grosso do Sul, criado por meio da Lei Complementar n.º 31, de 11 de outubro de 1977. Como esta pesquisa delimita-se entre os anos de 1930 e 1970, não usaremos Mato Grosso do Sul. (GUINDO,2018.p.17)

(1930), faz-se necessária uma maior escolarização da sociedade.

Conforme nossas fontes, esses registros, são apenas alguns componentes que emergem o contexto histórico no qual o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora estava inserido. Quando analisamos as categorias e fazemos o movimento de ir e vir através do tempo levando em conta as circunstâncias econômicas, políticas e sociais, é que compreendemos a Cultura Escolar percorrida nos elementos de análise.

3. As apropriações da Matemática Escolar no CNSA.

No decorrer das leituras preliminares, antes da escrita da nossa dissertação identificamos que o objetivo do ensino das meninas deste Colégio, como foi demonstrado nas pesquisas de Ortiz (2014), era prepará-las para um bom casamento, obtendo um comportamento adequado dentro dos padrões rígidos do Colégio Feminino administrado pelas Salesianas e um ensino voltado à condição feminina da época, que tinha no seu foco o refinamento cultural e social para que, ao final dos estudos, estivessem aptas ao convívio social como mulheres honradas, sendo verdadeiras “damas da sociedade”.

As professoras da unidade escolar, em sua maioria freiras, eram estrangeiras e articulavam os planos de aula na biblioteca nos momentos de estudos com as alunas. A disciplina Matemática foi proposta para as moças e atribuía formas distintas que foram apropriadas pelos movimentos educacionais vindouros das leis estabelecidas pelo país no período temporal da pesquisa sempre dentro da normatização interna do CNSA, que tinha cunho confessional. Essas informações se aproximaram muito, tanto ao confrontar a narrativa da ex-aluna quanto com os documentos encontrados no interior da escola. Na Figura 1, vemos um documento que fez parte do Relatório de Inspeção (Art 68 e 69).

Figura 1 - Apresentação do Corpo Docente para o diretor geral da Diretoria Nacional de Ensino

Irmã Maria Luiza Grossi, da Congregação Religiosa das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora, italiana (naturalizada argentina), com 48 anos de idade, residente nesta cidade, requer a V. Excia. sua inscrição no Registro de Professores desta Diretoria, como Professora de Matemática, uma vez que satisfaz com os documentos anexos os requisitos constantes do art. 2º do dec. 20.630, de 9 de Novembro de 1931.

Fonte: (GUINDO, 2018, p.56).

As práticas pedagógicas no campo da Matemática escolar são encontradas na figura da professora Maria Oneto, italiana, professora de Matemática, conforme o depoimento da ex-aluna:

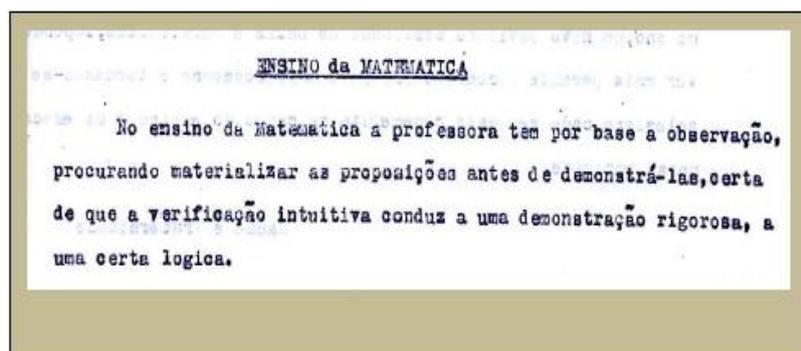
[...] eu me lembro muito bem da Irmã Maria Oneto que era da Matemática, ela era professora, freira Irmã Maria Oneto, freira ela dava aula de Matemática pra mim, usava muito debates de tabuadas e usava os palitos de picolé. Eram palitos de picolé que ela usava para fazer as operações, entendeu? Ela usava tampinha de garrafa, já nesta época aí. [...] Eu me lembro muito, ah estes palitos de picolé que ela usava, este eu me lembro bem é das tampinhas de garrafas, Sabe por quê? As externas eram que juntavam para ela (professora), naquela época não tinha nada descartável, não é? Era tudo tampinha de guaraná, tubafina tampinha de garrafas. Então ela usava tampinha e usava palitinhos de picolé. [...] Aí, ela perguntava a tabuada pra um lado e para outro; ela fazia esta competição nossa que era os debates que a gente chamava. Ela falava. “[...] Olha vai ter debate de tabuada” e ela era séria, sabe, tinha horas que ela brincava com a gente, mas eu me lembro de que ela era bem sisuda, assim [...].

MORAIS, Maria. S.M. entrevista concedida em Campo Grande- MS em 22/03/2017. [a entrevista encontra-se transcrita no anexo dessa Dissertação].

Conforme observamos, as aulas de Matemática eram articuladas com o uso de materiais concretos, tais como palito de picolé, tampinha de garrafa, vigorando os métodos heurísticos de ensino, valorizando a arguição e memorização. A arguição pode ser entendida no ‘tomar a tabuada’, que era uma forma de memorização e de inculcação de um conteúdo. Quanto à nacionalidade da professora, não temos registros (apenas alguns indícios) para que se possa afirmar que, pelo fato dela ser de outra nacionalidade tenha trazido práticas e influências advindas de sua formação estrangeira.

A respeito do ensino da Matemática, inferimos que o ensino era baseado no método intuitivo, ou seja, método constituído a partir do exemplo, e dinamizado por debates. O método também é pontuado no relatório de inspeção que revela como eram as aulas de Matemática, conforme a Figura 2.

Figura 2 – O ensino da Matemática a partir do relatório de inspeção.



Fonte: (GUINDO,2018,p.59)

Os debates de tabuadas eram momentos que consideramos de inculcação do conteúdo, o que pode ser percebido quando a aluna diz: “[...] eu me lembro de que ela mandava a gente escrever a tabuada [...]”. Portanto, a memorização da tabuada era classificada como importante para a formação das meninas. Valente (2016, p.17) caracteriza esse momento da seguinte maneira: “[...] na cultura estabelecida não haveria outro modo para os iniciantes aproximarem-se do saber sistematizado nos livros, que não fosse por processo de memorização” o que compreendemos como prática de ensino por meio da memorização. Era dessa forma que a tabuada fazia parte da cultura escolar da época.

Figura 3 - Equiparação Nossa Senhora Auxiliadora ao Colégio Pedro II.

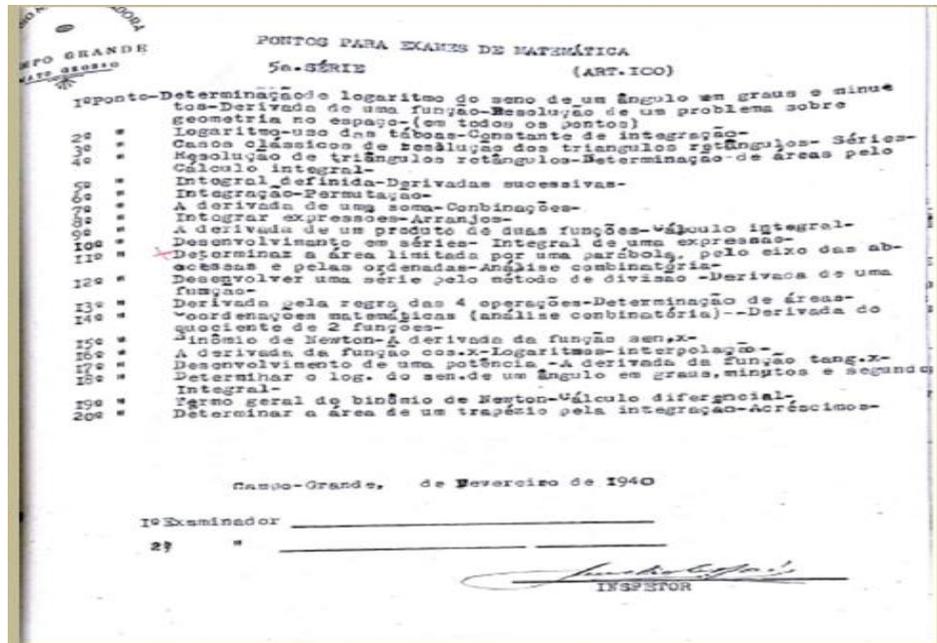


Fonte: (GUINDO,2018,p.105).

O que observamos também, por meio dos regimentos internos e do relatório de inspeção e na Lei 19.890/31, que possivelmente o ensino da disciplina Matemática estava em consonância com as leis federais, pois a presente instituição foi equiparada com o Colégio Pedro II, uma referência de ensino para todo o país, como mostra o recorte do jornal local (Figura3), cuja fonte foi a Hemeroteca Digital. Como sabemos, para ter esta equiparação a Instituição de Ensino deveria estar em consonância com as normativas da Lei 19.890/31.

Com base nas informações, inferimos que os conteúdos matemáticos no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora eram igualmente propostos no ensino para meninos. Outro fator que fortalece esta conjectura a respeito do ensino da Matemática é quando analisamos o ponto para o exame de Matemática (Figura 4) referente ao quinto ano do ensino fundamental.

Figura 4 - Pontos para o exame de Matemática para o quinto ano do ensino fundamental REGIMENTO INTERNO-1940.



Fonte: (GUINDO.2018.p.115).

Assim, para ser equiparado ao Colégio Pedro II, deveria passar pelo crivo do inspetor federal, que diz o seguinte no que se refere à legislação:

Art. 72. Conceder-se-á a equiparação ou o reconhecimento, mediante prévia verificação, aos estabelecimentos de ensino secundário cuja organização, sob todos os pontos de vista, possua as condições imprescindíveis a um regular e útil funcionamento. Parágrafo único. A equiparação ou o reconhecimento será suspenso ou cassado sempre que o estabelecimento de ensino secundário, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar as condições de eficiência indispensáveis. (BRASIL. 1931).

No Relatório de Inspetor Geral, no ano de 1938, (anexo na dissertação), o ensino da Matemática era proposto por meio de vários exercícios, partindo do intuitivo e ganhando características da Metodologia Heurística proposta pela Reforma. Nessa direção, o Relatório pontua:

No ensino da matemática, foi constantemente solicitada à atividade dos alunos, especialmente pela resolução e questionários clássicos e curiosos. Mereceu particular cuidado a alusão dos vínculos existentes entre a matemática e as demais disciplinas, a sua aplicação às ciências físicas, à geografia, à química, etc. Enfim, na exposição destas matérias, em seus três pontos de vista: aritmética, álgebra e geométrico – os professores excluíram todos os processos de cálculos desprovidos de interesse didático, circunscrevendo o ensino, a assuntos que apresentassem importância de aplicação prática. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL. 1938. s/n).

Então, podemos entender que também eram solicitadas atividades às alunas na

resolução de exercícios e, por meio das análises desse relatório, percebe-se que havia outra fonte complementar nas aulas de Matemática, diferente daquela do Livro de Thiré³(1934), adotado pela instituição⁴.

O CNSA também se apropriou das questões de ensino de Euclides Roxo e comungou do método heurístico como caminho metodológico da constituição da Matemática, entre os períodos de 1930 a 1960 aproximadamente, ou seja, o Colégio adota livros de professores do conceituado Colégio Pedro II. Assim, o que encontramos nos documentos analisados foram passagens de três livros didáticos para o ensino da Matemática no CNSA, entre 1930 a 1960, a saber: livro de Cecil Thiré e Mello e Souza, livro de Jácomo Stávele e o livro de Raja Gabaglia. Esse último, para o curso de admissão, mas todos perfazem a apropriação da mesma vulgata, o que permanece até os meados de 1960, com o surgimento de uma nova Matemática, a Matemática Moderna. Sobre isso, Valente (2004) afirma:

Com a reforma nacional do ensino, em 1931, a publicação de vários cursos de matemática irá atestar como se desenvolveu a disciplina a partir da proposta inicial, como ela se transformou e estabilizou, até a chegada de uma nova revolução no ensino desse saber com o Movimento da Matemática Moderna. (VALENTE. 2004.p.4).

Assim, o movimento da Matemática Moderna trouxe muito uso de simbologia, precisão, linguagem muito técnica, com muitos exercícios e, com isso, os livros didáticos, a partir de 1960, passam por uma reformulação e deixam de ser únicos para ter um caráter descartável e individual, mobilizando a constituição de uma nova vulgata.

Diante de todos os documentos analisados, dentro e fora da Instituição Salesiana, que nos foram franqueados, encontramos um Colégio com dispositivos educacionais no campo da Matemática que eram além do esperado para o ensino das moças, o que nos leva a entender que o ensino da Matemática constituída no Colégio trazia uma característica única, não separatista em relação ao gênero. A elas fora dado o privilégio de estarem em consonância com as tendências educacionais, acompanhado de uma dura carga horária de estudos, com currículos amplos que iam além das letras.

Sob essa perspectiva, fica patente, pela pesquisa e análise dos personagens, dos

³ O Livro Matemática, de Cecil Thiré e Mello e Souza, foi um livro destinado para o uso de professores, cuja proposta dos autores apontam estarem dentro das normatizações vigentes da época, Valente (2004). Onde foi usado no CNSA, documento encontrado no Relatório de Inspeção anexo na Dissertação.

⁴ Relação de livros didáticos indicados pelos professores do CNSA 1940 – documento digitalizado na dissertação página 114.

materiais e dos referenciais, que as alunas eram instruídas para ter um bom casamento, porém, sua instrução não se limitava apenas às atribuições domésticas: elas tinham o enriquecimento de um currículo semelhante ao do Colégio Pedro II.

Diante disso, reforça-nos a ideia de uma formação apropriada às finalidades estabelecidas na época “[...] que visa não somente ensinar bem, mas educar perfeitamente, [...]” Guindo(2018,p.58). Logo, mediante as análises dos documentos, o currículo para o ensino da Matemática nos traz o indicativo de que o ensinar bem não é estabelecer uma matemática simplista, mas uma matemática igualitária, comum a todos, independentemente do gênero.

Referências

ALVES, L. M. A. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, MS : Ed. UFMS. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Seção 1, p. 113. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Normal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946. Seção 1, p. 116 Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. LDB 4024, 20 de dezembro de 1961. **Diretrizes e Bases da educação Nacional**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 jul.2017.

_____. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971.

_____. Lei n.º 19.890, de 18 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização do ensino**. Brasília, DF: 1931.

_____. Lei Francisco Campos n.º **19 890 de 18 de abril de 1931**. Regulamenta o ensino secundário Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-1980abril1931-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 10 jul.2017.

BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DE CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____ **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUINDO, L.C. **Elementos da História do Ensino de Matemática no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora entre 1930 a 1970 no Sul do Mato Grosso Uno.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande –MS. 2018.

JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LE GOFF, J. (Org.). **A história nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF. **História e memória.** 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

ORTIZ, F. R. **A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961).** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: <<https://ppgedu.ufms.br/files/2017/06/A-Escola-Normal-de-Mo%C3%A7as-das-Elites-Um-Estudo-das-Pr%C3%A1ticas-Escolares-Culturais-e-Sociais-do-Col%C3%A9gio-Nossa-Senhora-Auxiliadora-1946-%E2%80%931961-Fernanda-Ros-Ortiz.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PENTEADO, Y. **Auxiliadora setenta anos.** Campo Grande: Ruy Barbosa, 1996.

PINTO, N. B. **História das disciplinas escolares.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014.

RAHE, M. B. **Inovações incorporadas ou “modernidades abandonadas”?** Uma investigação sobre os materiais didáticos para as aulas de Línguas Vivas em dois ginásios de Campo Grande, sul do Estado de Mato Grosso (1931-1961). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

RODRIGUES, E. O. P. **A Revista Mensal Ilustrada Folha da Serra: História, Memória e Identidade no Sul de Mato Grosso.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 1., 2016, Aquidauana. **Anais...** Aquidauana: UFMS, 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

VALENTE, W. R. **Livros didáticos de matemática e as reformas Campos e Capanema,** In: Encontro Nacional de Educação Matemática. Recife. 2004.

VALENTE, W. R. **A Matemática no Ensino Secundário: duas Disciplinas escolares?** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.11, n.34, p. 645-662, set/dez. 2016.